



CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL
LÍNGUA PORTUGUESA

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVA

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA** e o preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTA DEFINITIVA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **50 (cinquenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e **01 (uma) questão discursiva**. As questões estão distribuídas da seguinte forma:

PROVA	CONTEÚDO	QUESTÕES
OBJETIVA	Específico da Disciplina	01 a 40
	Fundamentos Teórico Metodológicos e Políticos-Filosóficos da Educação	41 a 50
DISCURSIVA	Específico da Disciplina	01

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

“A MÚSICA É O SILÊNCIO QUE EXISTE ENTRE AS NOTAS”

4. A prova (objetiva e discursiva) deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova. A simples posse ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, mesmo que desligado, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no certame.
5. Durante a realização da prova (objetiva e discursiva) não será admitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações bem como o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie e/ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. Não haverá substituição do cartão-resposta e/ou folha de resposta definitiva por erro do candidato. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta e a folha de resposta definitiva.
7. O candidato deverá elaborar o texto dissertativo de, **no mínimo 20 (vinte) e no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas**. Caso o candidato opte por não responder à Prova Discursiva, deverá declarar, no campo destinado à resposta definitiva, que entregou a prova em branco.
8. A folha de resposta definitiva possui código numérico e não poderá ser assinada, rubricada, nem conter nenhuma identificação, mesmo que seja em seu verso, sendo assim a detecção de qualquer marca identificadora acarretará em anulação da questão e a consequente eliminação do candidato do certame.
9. **Será admitida** rasura, acompanhada da palavra “*digo*”, sem que isso constitua identificação de prova.
10. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais: nome, número de inscrição e data de nascimento.
11. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
12. Somente após decorrida uma hora do início da prova, ainda que tenha desistido do certame, o candidato poderá retirar-se do recinto, depois que entregar o cartão-resposta, devidamente assinado e com a frase transcrita, juntamente com a folha de resposta definitiva sem nenhuma identificação e o caderno de questões. Não será permitida qualquer anotação de informações da prova em qualquer meio, sob pena de eliminação do certame.
13. **Faltando 30 (trinta) minutos para o término do tempo de prova, o candidato poderá levar o seu caderno de questões**. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado as provas.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. Rio, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no endereço eletrônico <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

Boa Prova!

ESPECÍFICO DA DISCIPLINA

Considerar o seguinte texto para responder às questões 01 a 08.

Texto I: As línguas do passado eram como as de hoje? (trecho)

Quando os linguistas afirmam que as línguas khoisan¹, ou as línguas indígenas americanas, são tão avançadas quanto as grandes línguas europeias, eles estão se referindo ao sistema linguístico. Todas as características fundamentais das línguas faladas no mundo afora são as mesmas. Cada língua tem um conjunto de sons distintivos que se combinam em palavras significativas. Cada língua tem modos de denotar noções gramaticais como pessoa ("eu, você, ela"), singular ou plural, presente ou passado etc. Cada língua tem regras que governam o modo como as palavras devem ser combinadas para formar enunciados completos.

T. JANSON

(A história das línguas: uma introdução. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015, p. 23)

¹ Refere-se à família linguística africana cuja característica destacada nos estudos de linguagem se vincula à presença de cliques

01. A tese central do trecho é apresentada, na primeira frase, por meio da seguinte estratégia:
- (A) exclusão
(B) causalidade
(C) comparação
(D) ponderação
02. Uma consequência da argumentação desenvolvida pelo autor, nos estudos da linguagem, é:
- (A) confirmar a ideia de que línguas indígenas não possuem gramática
(B) rejeitar a ideia de que haveria línguas mais complexas do que outras
(C) corroborar a ideia de que as línguas possuem os mesmos sons
(D) refutar a ideia de que as línguas apresentam sintaxe definida
03. "Todas as características fundamentais das línguas faladas no mundo afora são as mesmas. Cada língua tem um conjunto de sons distintivos que se combinam em palavras significativas". O termo que explicita a relação de sentido estabelecida entre as frases acima é:
- (A) mesmo assim
(B) enquanto
(C) portanto
(D) porém
04. A combinação entre sons distintivos e unidades significativas remete à concepção de língua como:
- (A) relação unívoca entre som e letra
(B) jogo de irregularidades e exceções
(C) realidade exclusivamente vocal
(D) sistema de signos linguísticos
05. Na discussão proposta, o autor adota uma concepção de língua fundamentada na abordagem:
- (A) prescritiva
(B) estrutural
(C) histórica
(D) informal
06. O uso do pronome "cada" no texto pressupõe uma ideia de:
- (A) conjunto
(B) tempo
(C) dúvida
(D) localização
07. Uma marca de polifonia é apresentada explicitamente pela:
- (A) indicação de propriedades gramaticais
(B) referência às línguas europeias
(C) alusão às noções gramaticais
(D) menção à fala dos linguistas
08. A noção de polifonia se sustenta na ideia de que:
- (A) há universais linguísticos que organizam toda a produção verbal
(B) existe um conjunto lógico-gramatical na consciência dos falantes
(C) cada texto produz sentido a partir de sua relação com outros textos
(D) é estabelecida uma união arbitrária entre imagem acústica e conceito

Considerar o seguinte texto para responder às questões 09 a 17.

Texto II: A língua

Quando imagino o terror dos africanos a bordo de navios negreiros, nos palanques dos leilões, habitando a arquitetura insólita das fazendas de monocultura, considero que esse terror ia além do medo da punição e residia também na angústia de ouvir uma língua que não compreendiam. O próprio som do inglês devia aterrorizá-los. Penso nos negros encontrando uns aos outros num espaço distante das diversas culturas e línguas que os distinguiam uns dos outros obrigados pelas circunstâncias a achar maneiras de falar entre si num "mundo novo" onde a negritude ou a cor escura da pele, e não a língua, se tornariam o espaço da formação de laços. Como lembrar, como evocar esse terror? Como descrever o que devem ter sentido os africanos cujos laços mais profundos haviam sido sempre forjados no espaço de uma língua comum, mas foram transportados abruptamente para um mundo onde o próprio som de sua língua materna não tinha sentido?

Imagino-os ouvindo o inglês falado como a língua do opressor, mas também os imagino percebendo que essa língua teria de ser adquirida, tomada, reclamada como espaço de resistência. Imagino que foi feliz o momento em que perceberam que a língua do opressor confiscada e falada pela língua dos colonizados, poderá ser espaço de formação de laços. Nesse reconhecimento residia a compreensão de que a intimidade poderia ser recuperada, de que poderia ser formada uma cultura de resistência que possibilitaria o resgate do trauma da escravização. Imagino, portanto, os africanos ouvindo o inglês pela primeira vez como "a língua do opressor" e depois ouvindo-o outra vez como foco potencial de resistência. Aprender o inglês, aprender a falar a língua estrangeira, foi um modo pelo qual os africanos escravizados começaram a recuperar seu poder pessoal dentro de um contexto de dominação. De posse de uma língua comum, os negros puderam encontrar de novo um modo para construir a comunidade e um meio para criar a solidariedade política necessária para resistir.

bell hooks

Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Trad. de Marcelo B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013

09. A autora sugere uma descrição da sociabilidade anterior à escravização, que se caracteriza por:
- (A) diversidade de línguas e culturas africanas
(B) hierarquização baseada no critério racial
(C) ausência de idiomas complexos no cotidiano
(D) indiferença entre habitantes de uma comunidade
10. Com base na discussão da autora, pode-se inferir um papel das línguas vinculado ao seguinte aspecto:
- (A) construção das formas de sociabilidade
(B) indefinição entre normas universais e dialetos locais
(C) reconhecimento das situações oficiais de uso
(D) imposição de maneiras corretas de escrever
11. “Penso nos negros encontrando uns aos outros num espaço distante das diversas culturas e línguas que os distinguem uns dos outros...” (1º parágrafo). A expressão “uns dos outros” indica:
- (A) reciprocidade
(B) oposição
(C) indeterminação
(D) intensidade
12. No fragmento “Quando imagino o terror dos africanos a bordo”, no que se refere ao uso de crase na expressão destacada, é possível afirmar que a crase:
- (A) é recusada por um problema de regência
(B) equivale à usada em “à distância”
(C) é facultativa
(D) não é possível
13. A opção da autora pelo termo “escravizados” em lugar de “escravos” produz o efeito de:
- (A) descrever imparcialmente um evento histórico
(B) reafirmar um ponto de vista associado à exploração
(C) desqualificar a perspectiva do povo africano
(D) desejar constituir uma opção eufemística
14. No texto de hooks, o uso da terceira pessoa para se referir aos africanos indica um afastamento:
- (A) local
(B) racial
(C) temporal
(D) habitual
15. A argumentação da autora sobre os negros nos navios negreiros se constrói com base no uso de:
- (A) hipóteses
(B) intertextualidade
(C) vozes de autoridade
(D) relatos de experiência
16. Conforme a autora, aprender a língua inglesa, no contexto dado, representa:
- (A) ferramenta de exclusão
(B) sintoma de subalternidade
(C) instrumento de resiliência
(D) declaração de autenticidade
17. A palavra “laço” é utilizada no texto de acordo com a função designada pela figura de linguagem:
- (A) metáfora
(B) hipérbole
(C) eufemismo
(D) paradoxo

Considerar o seguinte texto para responder às questões 18 a 32.

Texto III: O que é uma língua?

A padronização, a gramatização, a ortografização de uma língua têm constituído, em todos os momentos históricos, um processo de seleção e, como todo processo de seleção, um processo simultâneo de exclusão. A centralização dos Estados nacionais a partir do Renascimento em torno da figura do rei, símbolo da nacionalidade, acarretou a construção política de uma língua nacional, de uma língua oficial.

Ora, que critérios poderiam ser empregados para definir essa língua oficial, essa língua que, de materna, se transformará em língua paterna, língua pátria, língua oficial? Em meio à diversidade linguística que sempre caracterizou todos os países da Europa, que língua ou que variedade de língua será arrancada de sua dinâmica social para se transformar em monumento, em símbolo da identidade nacional?

Os critérios serão, sempre, de ordem política e nunca-jamais de ordem “linguística”, no sentido de não haver possibilidade alguma de uma variedade ser escolhida por algum conjunto de características “inerentes” (beleza, elegância, riqueza, concisão etc.) que a tornem “naturalmente” mais apta a ser eleita para o processo de hipostasiação. A língua escolhida será sempre, nos casos das nações unificadas, a língua ou dialeto falado na região onde se situa o poder, a Corte, a aristocracia, o rei.

A famosa *Ordonnance de Villers-Cotterêts* assinada em 6 de setembro de 1539 pelo rei Francisco I, decreta que todo e qualquer documento legal, contratos, sentenças, testamentos etc., “sejam pronunciados, registrados e entregues às partes em linguagem materna francesa, e não outramente”. Ora, essa “linguagem materna francesa” é de uso extremamente minoritário no século XVI, e mesmo no final do XVIII, como veremos adiante, era desconhecida por três quartos da população da França. Sua escolha como língua oficial se deve ao mero fato de ser a língua materna do rei, o que é razão suficiente para decretar sua oficialidade, apesar de sua reduzida difusão entre os súditos. Com isso, o que poderia parecer um ato de democratização das relações entre o poder e os cidadãos – a substituição do latim pelo francês nos atos oficiais – era, na verdade, uma reafirmação do caráter aristocrático daquele regime político e se prendia ao simples fato de, àquela altura da história francesa, o latim já ser uma língua desconhecida para a maioria dos membros da elite política e cultural.

A língua ou variedade de língua eleita para ser oficial será objeto de um trabalho de codificação, de *padronização*, trabalho empreendido pelos gramáticos, e também de criação de um léxico novo, amplo, que permita à língua ser instrumento da alta literatura, da ciência, da religião e do direito.

Por conseguinte, e ao contrário do que comumente (e lamentavelmente) se lê em textos assinados por (socio)linguistas – num discurso que se repete também nos livros didáticos de português, supostamente “atualizados” com os avanços da ciência linguística –, a *norma-padrão* definitivamente *não é uma das muitas variedades linguísticas que existem na sociedade*. Não existe uma *variedade-padrão* (aliás, uma contradição em termos, pois *se é padrão*, isto é, uniforme e invariante, como pode ser uma “variedade?”), nem um *dialeto-padrão*, nem uma *língua padrão*, embora esses termos pululem na bibliografia dedicada ao tema. O que existe é uma *norma-padrão*, língua materna de ninguém, língua paterna por excelência, língua da Lei, uma *norma* no sentido mais jurídico do termo.

Marcos Bagno

“O que é uma língua? Imaginário, ciência e hipóstase” In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011

18. De acordo com a discussão proposta no texto, a centralização dos Estados nacionais produz efeitos sobre as línguas que podem ser definidos pela seguinte formulação:
- homogeneizar é variar
 - selecionar é excluir
 - padronizar é incluir
 - resistir é simbolizar
19. Mesmo que não conste em vocabulário oficial, a adequada compreensão do item “ortografização” pelos falantes da língua, demonstra que o léxico de uma língua se define pela presença de:
- palavras estrangeiras incorporadas aos discursos da ciência, da religião e do direito
 - itens com circulação efetiva e itens virtualmente previstos pelas regras de formação
 - elementos que circulam em territórios de poder e espaços aristocráticos
 - categorias definidas por livros didáticos e pela alta literatura
20. O autor sugere uma distinção entre língua materna e língua paterna que pode ser definida, respectivamente, por:
- familiar/social
 - histórico/lógico
 - natural/artificial
 - individual/universal
21. Em “Ora, que critérios poderiam ser empregados para definir essa língua oficial, essa língua que, **de** materna, se transformará em língua paterna, língua pátria, língua oficial?”, a preposição em destaque assume o valor de:
- consequência
 - substância
 - meio
 - origem
22. No terceiro parágrafo, o emprego do hífen produz o efeito de:
- neutralizar a sinonímia eventual de um termo
 - negligenciar o efeito adversativo de um elemento
 - questionar a existência dos termos nos dicionários
 - acumular a avaliação negativa contida nos itens lexicais
23. A menção à “famosa Ordonnance de Villers-Cotterêts”, no quarto parágrafo, representa, em relação à discussão presente no terceiro parágrafo, uma:
- interdição
 - contraposição
 - exemplificação
 - retificação
24. No quarto parágrafo, o emprego das aspas produz o efeito de:
- aproximar o enunciador da afirmação em questão
 - definir o momento em que o enunciado é proferido
 - sugerir o recurso consecutivo à narrativa
 - atribuir ao documento histórico a responsabilidade pelo que é dito
25. O trabalho com os gêneros do discurso em sala de aula, em abordagem sócio-interacional, deve privilegiar o seguinte elemento:
- a ordem das frases no texto
 - o estatuto dos interlocutores
 - o uso da lista de vocabulário
 - a discussão da moral da história
26. A função do uso dos parênteses, no último parágrafo, é:
- exemplificar enunciados anteriores
 - eliminar partes excedentes
 - integrar elementos dêiticos à narrativa
 - expressar opinião do autor
27. No excerto: “A língua ou variedade de língua eleita para ser oficial será objeto de um trabalho de codificação, de padronização”, o apagamento do termo indicador de agente pelo uso do participio pode ser classificado como:
- elipse
 - anáfora
 - paradoxo
 - antítese
28. Em “A padronização, a gramatização, a ortografização de uma língua têm constituído”, a sequência de substantivos apresenta uma relação de:
- gradação
 - equivalência
 - complementaridade
 - contraposição
29. Um efeito de distanciamento enunciativo que sugere uma discordância do autor em relação ao que se diz, está presente em:
- advérbio, em “mesmo no final do século XVIII”
 - demonstrativo, em “essa “língua materna francesa”
 - numeral, em “a maioria dos membros da elite”
 - contração, em “num discurso que se repete”
30. No segundo parágrafo, a delimitação do sentido de “língua oficial” ocorre pelo emprego de um mecanismo linguístico descrito como:
- paródia
 - omissão
 - reformulação
 - interrupção
31. No quarto parágrafo, a afirmação do autor de que a substituição do latim poderia parecer um ato de democratização se baseia no seguinte implícito:
- a língua adotada em atos oficiais deve ser conhecida pela população
 - atos oficiais em relação à língua são democráticos
 - a formalização dos rituais jurídicos é necessária em países democráticos
 - a existência de idiomas oficiais é uma característica do processo civilizador
32. No quinto parágrafo, o uso da palavra “ou” introduz uma expressão que contribui para destacar a seguinte ideia:
- o gramático é essencial na unificação do idioma
 - a diversidade interna tem primazia nos sistemas linguísticos
 - a literatura tem poder de renovação do discurso
 - o padrão é a forma original de uma língua

Considerar o seguinte texto para responder às questões 33 a 40.

Texto IV: Uso, crença e atitudes na variação na primeira pessoa do plural no Português Brasileiro

A construção da crença linguística de uma comunidade letrada, pelo menos na sociedade ocidental, é regida por instrumentos normativos: gramáticas, compêndios e livros didáticos. Se nas gramáticas norteadas em abordagens descritivas a forma *a gente* já é incluída no paradigma pronominal do português (Castilho & Elias 2011, Bagno 2012), nas norteadas pela tradição gramatical (Bechara 2009, Azeredo 2008) – que são as fontes que perpassam os livros didáticos –, *a gente* entra como uma observação de uso no português falado no Brasil, em situações coloquiais.

Os livros didáticos adotados nas escolas públicas brasileiras passam por uma avaliação do Programa Nacional do Livro Didático. Para ser selecionado, o livro didático de Língua Portuguesa precisa apresentar atividades que propiciem ao aluno “o domínio das normas urbanas de prestígio, especialmente em sua modalidade de escrita monitorada, mas também nas situações orais públicas formais em que seu uso é socialmente requerido” (Brasil 2011:52). Embora os estudos sociolinguísticos venham evidenciando a tendência crescente ao uso de *a gente*, inclusive na modalidade escrita e em situação de maior formalidade, os livros didáticos de maneira geral ainda não o incluem no paradigma pronominal (Brandão & Vieira 2011), o que certamente tem influência nas crenças e atitudes dos informantes.

Se a inserção de *a gente* é tabu, a concordância nós -0 em livro didático é caso de comoção nacional. Foi o que aconteceu em 2012, com o livro didático Por uma vida melhor (Ramos 2011), selecionado pela avaliação do PNLD para a educação de jovens e adultos, em uma seção intitulada “Escrever é diferente de falar”, exemplificou a concordância verbal naquilo que foi definido como fala popular com a frase “Nós pega o peixe”.

A não presença de *a gente* nos instrumentos normativos que chegam à escola poderia, por hipótese, atuar como um refreador da mudança, mas não é nessa direção que os dados apontam. E, em relação aos padrões de covariação de pronome e concordância nós -0 e *a gente* -mos, ainda que as atitudes subjacentes a piadas e memes sugiram que sejam estigmatizados ou restritos a um perfil social, estes padrões emergem em situações de reação subjetiva em espaço escolar e, em menor escala, na fala de informantes mais escolarizados.

Raquel Meister Ko. Freitag

DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 32, n. 4, mar. 2017. (Excerto)

33. Uma ideia a respeito dos compêndios gramaticais presente no texto os caracteriza como:
- origem do processo de mudança sintática
 - atuantes na renovação do idioma nacional
 - relevantes na consolidação de crenças linguísticas
 - contribuição na correção de erros informais
34. A controvérsia discutida no primeiro parágrafo, a respeito das diferentes abordagens gramaticais, se refere a:
- presença de arcaísmos
 - uso de pronomes
 - erros ortográficos
 - estilos literários
35. “*a gente* entra como uma observação de uso no português falado no Brasil, em situações coloquiais” (1º parágrafo). Ao longo do texto, é possível perceber o seguinte posicionamento a respeito dessa afirmação:
- dúvida com relação ao uso coloquial
 - crítica à opção pelo uso da língua informal
 - concordância com a restrição da abrangência do fenômeno
 - constatação da generalização do uso indicado
36. “Para ser selecionado, o livro didático de Língua Portuguesa precisa apresentar atividades” (2º parágrafo). O emprego do artigo definido assume função textual em razão de:
- marcar pausa em uma sequência de ações descritas
 - indicar retomada de termo apresentado anteriormente
 - estabelecer relação lógica com a frase anterior
 - apresentar características específicas dos livros didáticos
37. A oração “o que certamente tem influência nas crenças e atitudes dos informantes” (2º parágrafo) estabelece, com o trecho anterior, uma relação de:
- condição
 - comparação
 - causa
 - consequência
38. No primeiro parágrafo, os dois-pontos introduzem um termo com função sintática de:
- aposto enumerativo
 - sujeito composto
 - agente da passiva
 - adjunto adnominal
39. Considerando o ponto de vista da autora e as informações fornecidas na discussão, a expressão “selecionado pela avaliação do PNLD para a educação de jovens e adultos” assume o papel, na organização textual, de:
- indicar os responsáveis pelo equívoco observado
 - sugerir ressalva em relação ao material
 - questionar notoriedade do PNLD
 - conferir legitimidade ao exemplo escolhido
40. Um fator relevante na seleção da forma linguística em discussão no texto é:
- presença no espaço urbano
 - pertencimento de gênero
 - grau de escolarização
 - atribuição de faixa etária

FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E POLÍTICO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

41. A professora de Língua Portuguesa, que atende o sexto ano de uma escola municipal, sugeriu o desenvolvimento de um projeto que utilizasse contos indígenas e africanos para abordar com os estudantes as características desse gênero textual. A coordenação pedagógica questionou a escolha dessa literatura, por considerá-la muito distante da realidade dos estudantes atendidos. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a professora argumentou que, nessa modalidade de ensino, a legislação:
- orienta a necessidade de se abordar outros gêneros textuais, além dos textos ofertados nos livros didáticos
 - faculta o uso de gêneros textuais das culturas afro-brasileira e indígena
 - sugere o estudo da história europeia e norte-americana, em especial na área da literatura estrangeira
 - obriga o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras
42. Alguns estudantes, ao realizarem uma produção escrita, costumam falar em voz alta as palavras e frases que pretendem escrever. Numa perspectiva discursiva de construção da língua escrita, esse fenômeno de vocalização é entendido como:
- a dialogicidade externa, apresentada por Piaget
 - a fala coletiva, descrita por Bakhtin
 - a fala egocêntrica, enunciada por Vygotsky
 - a dialogicidade bancária, evidenciada por Paulo Freire

43. A responsável por um aluno de determinada escola procura a coordenação pedagógica para avisar que seu filho ficará internado em um hospital, pelos próximos três meses, devido a tratamento de saúde. A coordenadora pedagógica, orientada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação, informa à responsável que:
- (A) entrará em contato com a Secretaria Municipal de Educação para organizar o atendimento educacional adequado para o aluno, garantindo assim, a continuidade de estudos, seja no ambiente hospitalar ou em sua residência, até que possa retornar às atividades regulares
- (B) assim que retornar à escola, os professores criarão um programa de recuperação para que o aluno não seja prejudicado, por motivo de afastamento por necessidade de cuidados médicos, e possa realizar as avaliações
- (C) as faltas do aluno serão abonadas no período, contudo a responsável deverá pesquisar o conteúdo trabalhado no período com os colegas de classe, para que seu filho possa realizar as avaliações
- (D) as faltas do aluno serão computadas e, quando este retornar à escola, receberá módulos de estudo para serem feitos em casa, com o auxílio de professor contratado pela responsável

44. "(...) a prática de análise linguística constitui-se um trabalho de reflexão sobre a organização do texto, resultado de opções temáticas e estruturais feitas pelo autor. Sob essa ótica, o texto deixa de ser o ponto de partida para se estudar "gramática", e sua construção passa a ser objeto do ensino.

É importante que os alunos reconheçam a gramática não como um aglomerado de inadequações explicativas sobre os fatos da língua, mas como um documento de consulta, auxílio para dirimir as dúvidas que temos sobre como agir em relação aos padrões normativos."

Estebán, Maria Teresa. In: Orientações Curriculares – Língua Portuguesa, 2016

Atividade(s) de Língua Portuguesa que **NÃO** apresenta(m) conformidade com a prática pedagógica descrita nesse fragmento é/são a(s) de:

- (A) análise de diversos gêneros textuais, buscando comparar as construções utilizadas por cada um dos autores
- (B) produções textuais coletivas, nas quais os elementos gramaticais são utilizados e mediados pelo professor durante o processo de criação
- (C) listas de exercícios para enumerar, nomear, classificar e repetir elementos da classe gramatical
- (D) leitura em suportes textuais variados, observando a variação na sua construção, para atender a comunicação em cada suporte

45.



Copyright © 2004 Maurício de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados. 6287

Considerando a situação apresentada na tirinha, essa professora compreende a avaliação como um processo:

- (A) qualitativo e classificatório
- (B) quantitativo e classificatório
- (C) dialógico e somativo
- (D) quantitativo e dialógico

46. Atualmente, os currículos escolares, em sua maioria, abordam questões de identidade, alteridade, diferenças, subjetividade e multiculturalismo. De acordo com as teorias de currículo, essas categorias estão incluídas nas teorias:

- (A) tradicionais de currículo
- (B) críticas de currículo
- (C) libertárias de currículo
- (D) pós-críticas de currículo

47.

O GLOBO MUNDO

Alemanha enfrenta a praga invisível do analfabetismo

Cerca de 7,5 milhões de adultos não sabem ler e escrever no país.

Graça Magalhães-Ruether, correspondente
06/07/2014 - 07:09 / Atualizado em 09/07/2014 - 08:21

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/alemanha-enfrenta-praga-invisivel-do-analfabetismo-13151102>

Em 2014, a imprensa internacional veiculou uma série de reportagens, apresentando a dificuldade que a sociedade alemã estava enfrentando. Boa parte de sua população, mesmo havendo frequentado os bancos escolares, possui pouca ou nenhuma habilidade com a língua escrita. Na reportagem citada acima encontra-se a seguinte informação:

O estudo da Universidade de Hamburgo revela, ainda, que muitas pessoas hoje analfabetas um dia chegaram a aprender a ler e a escrever na escola. A falta de leitura seria a causa de elas terem voltado ao analfabetismo.

Na perspectiva do letramento, essas pessoas não são analfabetas, contudo, possuem níveis de letramento diferenciados, uma vez que:

- (A) um indivíduo alfabetizado também é um indivíduo letrado; uma vez que o indivíduo aprendeu as técnicas da língua escrita, torna-se automaticamente apto a desenvolver as práticas sociais associadas a ela
- (B) um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; um indivíduo letrado é não só aquele que domina as técnicas da língua escrita, mas é aquele que também faz uso social dessa língua, atendendo às demandas cotidianas
- (C) um indivíduo letrado não necessariamente possui habilidades sociais de leitura e escrita, que são habilidades desenvolvidas, exclusivamente, quando o indivíduo domina todas as técnicas do código de sua língua materna
- (D) um indivíduo alfabetizado é necessariamente um indivíduo letrado; uma vez que o indivíduo domina o código da língua escrita, passa a usar socialmente a leitura e a escrita e responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita

48. "Art. 47 - § 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual."

A dimensão da avaliação contemplada no fragmento acima, que compõe a Resolução nº 04/2010 do Conselho Nacional de Educação em Câmara de Educação Básica, é a:

- (A) avaliação institucional interna
- (B) avaliação de Redes da Educação Básica
- (C) avaliação da aprendizagem
- (D) avaliação institucional externa

49. Uma criança pequena, que ainda não domina a língua falada, consegue resolver problemas cotidianos como, por exemplo, contornar um obstáculo para pegar um objeto do seu interesse. Segundo Vygotsky, isso acontece porque:
- (A) a linguagem internalizada ainda não possui expressão oral e por esse motivo a criança não pode desenvolver o pensamento
 - (B) inicialmente as trajetórias do pensamento e da linguagem percorrem caminhos independentes, unindo-se posteriormente, quando o pensamento se torna verbal e a linguagem racional
 - (C) a linguagem está totalmente dissociada do pensamento até os sete anos de idade, quando a criança entra na fase sensório-motora
 - (D) inicialmente as trajetórias do pensamento e da linguagem coincidem e, posteriormente, por volta dos dois anos de idade, tornam-se independentes

50. Com o acúmulo de fracassos acadêmicos ao longo dos anos, crianças e adolescentes que se encontram em defasagem idade-ano de escolaridade, tornam-se desinteressados do processo ensino/aprendizagem.

O saber que não sabem é uma dura aprendizagem de uma falsa verdade, que serve para ocultar que o conjunto teórico-prático denominado ignorância muitas vezes não é outra coisa além de conhecimentos construídos a partir de experiências (...) tradições históricas e vivências culturais diferentes dos valorizados pelo pensamento hegemônico.

Estebán, Maria Teresa. In: *O que sabe quem erra?* Rio de Janeiro, DP et Alit., 2013.

Uma das soluções para reestabelecer a confiança e o interesse dos alunos faz parte do conjunto de princípios da Educação Nacional, preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata-se:

- (A) da valorização da experiência extraescolar
- (B) da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais
- (C) do particularismo de ideias e de concepções pedagógicas
- (D) da desvalorização de experiências divergentes da norma padrão

PROVA DISCURSIVA

Texto I - Pronominais

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro

Andrade, Oswald de. "Pronominais". In: *Poesias reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Pág. 125. [Coleção Obras completas, vol. 7]

Texto II - Antigamente

Antigamente, as moças chamavam-se mademoiselles e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos: completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo não sendo rapagões, faziam-lhes pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio. E se levavam tábua, o remédio era tirar o cavalo da chuva e ir pregar em outra freguesia. As pessoas, quando corriam, antigamente, era para tirar o pai da força e não caíam de cavalo magro. Algumas jogavam verde para colher maduro, e sabiam com quantos paus se faz uma canoa. O que não impedia que, nesse entrementes, esse ou aquele embarcasse em canoa furada. Encontravam alguém que lhes passasse a manta e azulava, dando às de vila-diogo. Os mais idosos, depois da janta, faziam o quilo, saindo para tomar a fresca; e também tomavam cautela de não apanhar sereno. Os mais jovens, esses iam ao animatógrafo, e mais tarde ao cinematógrafo, chupando balas de alteia. Ou sonhavam em andar de aeroplano; os quais, de pouco siso, se metiam em camisa de onze varas, e até em calças pardas; não admira que dessem com os burros n'água.

Andrade, Carlos Drummond de. "Antigamente". In: *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. (fragmento)

"As variações gramaticais que, naturalmente, provêm das diferentes condições de uso da língua, incluem aquelas que especificam a norma-padrão, ou seja, o uso linguístico de prestígio que predomina entre as pessoas com um grau mais alto de escolarização [...] Uma forma linguística não é, em si mesma, melhor que outra. É, na verdade, mais (ou menos) adequada, dependendo das situações em que é usada."

Antunes (2003, p.95, adaptado)

QUESTÃO 1:

Considerando a citação acima e os textos I e II, apresente uma proposta de sequência didática para o 8º ano do Ensino Fundamental, com a finalidade de tornar os alunos proficientes no uso da escrita. O seu texto de resposta deve ser escrito de forma legível, ser produzido em língua escrita padrão, **conter no mínimo 20 e no máximo 25 linhas** e ater-se objetivamente à questão proposta.

